



DISCIPLINA	DESCRIÇÃO	HORAS
LGPD e privacidade	Decorrente de uma tendencia mundial para preservar a privacidade do cidadão, o Brasil desenvolveu uma legislação específica nascida no marco civil da internet, e desenvolvida até uma lei que deve ser seguida por todas as empresas, de qualquer porte e segmento, para preservar a privacidade das pessoas físicas, muito dilapidada com os avanços tecnológicos que viabilizaram as empresas a coletarem e processarem um grande volume de informações sobre a população para usos de marketing e aproveitada para fins escusos.	30
Direito de Família e Sucessões	A relação humana é complexa, e as relações permanentes na convivência familiar podem gerar complexidades e paixões ainda maiores, assim o Direito de Família e Sucessões trata dos assuntos de natureza matrimonial e patrimonial, relações de parentesco, inventário partilha de bens, alimentos, divórcio, guarda, separação judicial e extrajudicial, métodos de soluções de conflitos, consensuais ou não, além da Alienação Parental, crime grave no desenvolvimento infantil.	30
Direito de Contratos	A relação entre as entidades na cadeia de valor das organizações é concretizada através de contratos, seja com fornecedores de produtos ou serviços, seja com seus clientes, pessoa física ou jurídica, seja na relação com seus parceiros, o contrato permite estabelecer as condições da relação e os seus limites, até a entrega efetiva de seu objeto ou durante todo o tempo da relação.	30
Direitos Reais e das Obrigações	Outras questões da base do direito podem ser encontradas no estudo do direitos e obrigações, onde os direitos reais dizem respeito a garantias patrimoniais e obrigacionais dizem respeito a às pessoa. Tratamos das garantias. Os direitos obrigacionais tutelam as relações de âmbito econômico, e os direitos reais regem as coisa suscetíveis de apreensão pelos homens. Fonte do conhecimento para a validade dos contratos e suas penalidades.	30
Responsabilidade Civil	Recordar e se aprofundar na base do direito, partindo da responsabilidade civil, que é a obrigação de reparar o dano que uma pessoa causa a outra, a teoria da responsabilidade civil procura determinar em que condições uma pessoa pode ser considerada responsável pelo dano sofrido por outra pessoa e em que medida está obrigada a repará-lo. Servindo como base para as demais disciplinas do Direito Civil. tratamos também do responsabilidade contratual e extra contratual, da subjetiva e da objetiva.	30
Direito empresarial	Grande parte dos advogados e baixáreis de direito são empregados nas empresas para tratar de suas questões jurídicas recorrentes, principalmente nas relações em sua cadeia de valor, com fornecedores, clientes e concorrentes. O conhecimento atualizado do Direito Empresarial é de grande utilidade no portfolio de um advogado competente e atualizado, muito procurado pelo mercado de trabalho.	30
Microsistemas - CDC, ECA, Idoso, Pessoas com deficiência, Ações Constitucionais	Dentro do contexto do Direito Civil, existem microsistemas cada vez mais recorrentes nas relações humanas, como o CDC (Código de Defesa do Consumidor), ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), Legislação do Idoso, das Pessoas com Deficiência, além das Ações Constitucionais, conhecimento cada vez mais necessário à prática jurídica.	30
Meios Extrajudiciais de Resolução de Litígios Empresariais	Meios judiciais podem ser onerosos e demorados, levando as organizações a correr riscos desproporcionais as suas necessidades e suas celeridade não atendem ou colocam em riscos as operações das empresas. Assim, compreender o emprego dos meios extrajudiciais pode contribuir para reduzir os riscos decorrentes dos meios judiciais e garantir a celeridade necessária para as operações empresariais.	30
Recursos e outros meios de Impugnação dos Atos Judiciais	O direito processual prevê meios para garantia dos direitos das partes dentro do caminho jurídico, recursos e impugnações são instrumentos para a manutenção destas garantias.	30
Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento	A Teoria Geral do Processo é uma disciplina jurídica dedicada à elaboração, à organização e à articulação dos conceitos jurídicos fundamentais processuais, indispensáveis à compreensão jurídica processual. Servem como pressuposto para uma abordagem científica do Direito processual, como processo, competência, decisão, cognição, admissibilidade, norma processual, demanda, legitimidade, pretensão processual, capacidade de ser parte, capacidade processual, capacidade postulatória, prova, presunção e tutela jurisdicional. O processo de conhecimento é a fase em que ocorre toda a produção de provas, a oitiva das partes e testemunhas, dando conhecimento dos fatos ao juiz responsável, a fim de que este possa aplicar corretamente o direito ao caso concreto, ao proferir a sentença.	30
Ações Constitucionais e Procedimentos Especiais	Trata-se de uma maneira prática de proteger o indivíduo contra o poder, a pessoa física contra o abuso da autoridade pública, mantendo o equilíbrio da sociedade. Na composição constitucional da ordem, poder e a liberdade, reconhecendo a liberdade como um anteparo do indivíduo contra o poder, na manutenção da defesa da ordem constitucional.	30
Execução e Cumprimento de Sentença	A execução de sentença é o cumprimento de ordem de um Juiz, Desembargador ou Ministro. Os princípios constitucionais garantem ao devedor ou executado, o direito à ampla defesa, com todos os meios jurídicos existentes e quando o credor vem executando a sentença, incluindo a sua defesa, a qual se chama Impugnação à Execução.	30